

ACTA DA ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

---- Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil vinte e cinco, conforme determinação estatutária do Artigo trigésimo, número dois, alínea b), pelas dez horas, em segunda convocatória, no salão nobre do Lar sito na Praça Conde de Agrolongo n.º 120, reuniu a Assembleia Geral dos Associados da Instituição em pleno uso dos seus direitos, para deliberar sobre a ordem de trabalhos que contem os seguintes pontos: -----

---- **PONTO UM:** Leitura e Aprovação da acta da reunião anterior; -----

---- **PONTO DOIS:** Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência relativas ao exercício de 2024, bem como do parecer do Conselho Fiscal; -----

---- **PONTO TRÊS:** Apreciação de assuntos de interesse para a Instituição. -----

---- A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelos seus membros; Presidente, dr. José Manuel Igrejas Tarroso Gomes, Primeira Secretária, dra. Joana Margarida Brito Macedo, e Segunda Secretária, dra. Ana Isabel Godinho e Valle. -----

---- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão saudando os membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção, bem como a todos os associados presentes, e informando que a Assembleia se encontrava regularmente convocada por afixação de edital na portaria do Lar e por envio de convocatória, em carta fechada, a todos os Associados, e ainda a respectiva divulgação no sítio da Instituição. -----

---- Em seguida deu início à Ordem de Trabalhos: -----

---- **Ponto Um:** Antes de mandar proceder à leitura da Acta da Assembleia Anterior, e como tem vindo a ser hábito questionou a Assembleia sobre a eventual necessidade de se proceder ou não à leitura da mesma e, dado que a Assembleia dispensou a leitura o sr. Presidente colocou-a à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -

---- **Ponto Dois:** Foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que de seguida saudou os Órgãos Sociais e Sócios, agradecendo a presença de todos os presentes nesta Assembleia e partilhando o seu desejo para que no futuro hajam mais associados de boa vontade, com competência técnica e disponibilidade para participarem na vida desta instituição, demonstrando assim a vitalidade e assegurando o futuro do Lar Conde de Agrolongo. -----

---- Salientou que para esta Direcção as contas são uma preocupação sempre presente, mas actualmente, fruto de uma atenção diária, o momento é de satisfação pelos resultados obtidos. Esta tranquilidade pode-se projetar para o próximo ano mas devido ao tempo de grande instabilidade e incertezas que vivermos, no futuro as expectativas podem sair goradas. -----

---- Para a apresentação das contas indicou o dr. Armindo Costa, Revisor oficial, solicitando uma abordagem abrangente, mas sintética das contas, dado que foi disponibilizado a todos o Relatório & Contas de 2024. -----

---- O dr. Armindo Costa iniciou a sua apreciação sobre o exercício em apreço reportando-se ao papel desenvolvido pelas casas de caridade nos idos anos de 1920 e seguintes para reforçar a ideia de que quem fazia a caridade era a

sociedade da época e por isso os designados asilos viviam de donativos quer fossem em dinheiro quer fossem em espécie e ou até com trabalho dos próprios assistidos sendo esse o verdadeiro sentido solidário que agora se está a perder. Apesar disso mesmo com todas as dificuldades muitas dessas casas ainda hoje existem. -----

---- Atualmente já não é assim até porque o Estado assumiu um papel relevante proporcionando às instituições capacidades para assegurar aos utentes uma melhor qualidade de vida. No entanto, a par do benefício, vem impondo cada vez mais obrigações e se no passado a assistência era para os mais pobrezinhos, atualmente já não é tanto assim, pois as gerências são obrigadas a providenciar meios para satisfazer as exigências impostas pela tutela. Neste exercício o montante recebido do sector público foi á volta de 40% das receitas, sendo assim demonstrado o peso do Estado nas instituições, que no entanto, ainda é muito deficitário. -----

---- Sobre as contas o dr. Armindo Costa, procurou ser sucinto na sua apreciação uma vez que os mapas estiveram disponíveis no site, onde todos os sócios se puderam inteirar da real situação do Lar, evidenciou os valores finais onde o total dos proveitos ascendeu a € 3.592.958,35 (três milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos) e as despesas totalizaram 3.592.554,43 € (três milhões quinhentos e noventa e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos) originando assim o Resultado Líquido Positivo de € 403,92 (quatrocentos e três euros e noventa e dois cêntimos) e finalizou a sua intervenção esperando que o Estado acompanhe a evolução dos custos cada vez mais elevados e que aumente a sua comparticipação.-----

---- Após a explanação apresentada pelo dr. Armindo Costa, o dr. Joaquim Cerqueira Alves - Presidente da Direção pediu a palavra para fazer um esclarecimento, o que lhe foi concedido, Informou que relativamente aos trabalhadores, é importante sublinhar que o Lar Conde de Agrolongo não tem trabalhadores contratados a prazo. Esta Direção decidiu acabar com a contratação a prazo, uma vez que as pessoas têm o direito de ter estabilidade na sua vida e uma perspetiva de futuro e os contratos a prazo existentes visão somente a substituição temporária de trabalhadores. -----

---- O Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever ao que o dr. José Luís Dias assinalou a sua pretensão, sendo-lhe concedida a palavra.-----

---- Na pessoa do sr. Presidente da Mesa, cumprimentou todos os presentes e agradeceu os esclarecimentos efetuados pelo dr. Armindo Costa que de forma clara e concisa apresentou os números da associação. Também expressou a sua satisfação por ver que a instituição apresentou resultados positivos e que está na senda de um trabalho consistente. Por fim solicitou que fosse lida a parte final do parecer do ROC, para melhor conhecimento de todos -----

---- O dr. Armindo Costa concordou que é de fundamental importância o conhecimento do texto em que se afirma: "...somos de parecer que o relatório de gestão e anexos foram preparados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigo, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras e auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais". -----

---- Antes de colocar à votação o dr. Tarroso Gomes questionou se alguém do Conselho Fiscal pretendia intervir... ou mais algum associado. Como ninguém se manifestou passou à votação do Ponto 2, que resultou na aprovação por unanimidade. -----

---- Chegados ao Ponto 3, o dr. Tarroso Gomes abriu um espaço para debate de assuntos do interesse da instituição e perguntou quem pretendia inscrever-se para participar. O senhor José Aldeia manifestou a sua vontade em tomar parte, ao que o Presidente da Mesa deu a indicação para iniciar a sua intervenção. -----

---- O senhor José Aldeia, começou por saudar todos os sócios presentes, o Senhor Presidente da Assembleia e o sr. Presidente, afirmou que após ter ouvido com muita atenção a demonstração dos resultados apresentados pelo dr. Armindo Costa, se congratulava com a recuperação económica e financeira do Lar, até porque o sr. Presidente da Direção encontrou esta instituição em falência técnica, motivada por uma gestão anterior muito deficiente, descapitalizada, que alienou um imóvel à pressa por um valor reduzido, e sem a devida autorização da Assembleia Geral, conforme determinam os Estatutos. Acrescentou que estes resultados parecem indicar que o dr. Cerqueira Alves começa a colocar o Lar no trilho que merece, e deu-lhe os parabéns por isso. -----

---- Continuou expondo algumas questões suscitadas pela leitura da acta da assembleia geral anterior e dentro do possível gostaria que fossem respondidas, a saber: 1. relativamente aos reparos apontados à alimentação questionou se os mesmos derivam de falta de pessoal nesse sector; 2. interrogou-se a respeito dos aumentos dos custos registados com o gás e a energia eléctrica se eles se deverem às bombas de calor ou também a pequenos electrodomésticos que poderão existir nos quartos dos utentes; 3. perguntou também se a manutenção dos equipamentos do Lar ainda está atribuída à firma Biocity; 4. pediu também para desfazer uma dúvida que persiste, finalmente a Farmácia Martins está efetivamente a proceder aos descontos ajustados; 5. levantou ainda a questão se porventura se justifica necessidade dos serviços em permanência do gabinete de advogados Nascimento & Ferreira; 6. outro assunto que o leva a pedir esclarecimentos é se a admissão a utentes de pessoas extremamente debilitadas e em fase terminal é a imagem que se pretende passar para os restantes utentes, para os colaboradores e para o exterior, qual a análise e critérios para estas admissões; 7. e por fim se será possível a obtenção de fundos que financiem o restauro da Igreja do Salvador e a valorização da Sala de Recordações, e a divulgação deste património muito qualificado. -----

---- O dr. Tarroso Gomes agradeceu ao sr. José Aldeia e deu a palavra para responder ao dr. Cerqueira Alves. -----

---- O sr. Presidente começou por agradecer as palavras elogiosas que lhe foram dirigidas pelo sr. José Aldeia, referindo que se trata de um dever pessoal e institucional e assegurar um futuro estável para esta instituição. Agradeceu também as questões levantadas, pela sua pertinência e a salientou que estes assuntos são reocorrências constantes da Direção e é importante que os todos os associados tenham conhecimento e sejam esclarecidos. ----

---- De seguida, percorrendo todos os pontos, respondeu de forma sintética aos assuntos em causa: -----

1. Alimentação- Afirmou que se trata de uma questão essencial, em particular para si e restante Direção, porque é dever da instituição proporcionar aos seus utentes uma alimentação de qualidade, e atualmente as refeições são de muito boa qualidade. Contudo salientou que para se alcançar este resultado foi necessário um trabalho diário árduo e uma vigilância constante, ultrapassando resistências, proporcionando formações aos trabalhadores, ajustando os fornecedores, dialogando com a nutricionista e eng.^a da segurança alimentar, como também alterando procedimentos. Acrescentou que o setor da cozinha tem um número de funcionários mais que necessário e suficiente e aproveitou para dizer que a instituição está em conformidade com a lei e os rácios são respeitados. Concluiu este ponto reconhecendo que apesar de todo o esforço é impossível agradar a toda a gente. -----

2. Bombas de Calor e electrodomésticos- Informou que diversos aparelhos têm já muitos anos e como tal estão mais propensos a avarias, no entanto conseguiu-se recuperar sete, com a assistência que temos, embora num

futuro próximo seja preciso substituir três bombas de calor. Sobre os eletrodomésticos disse que é um problema preocupante pelo perigo que podem representar. Já foram tomadas algumas medidas, mas mais que as impor de forma drástica o que originaria algum descontentamento, neste momento pretende-se sensibilizar os utentes e familiares para os perigos inerentes a esta situação e os próprios tomarem a iniciativa de os remover dos quartos, mas é uma situação que vai terminar. -----

3. Biocity- Relativamente à empresa do Porto, Biocity, informou que já não presta serviços de assistência e manutenção, esta Direção privilegia sempre firmas locais, que proporcionem uma assistência rápida e qualificada.

4. Farmácia Martins- Recordou que quando esta Direção tomou posse uma das primeiras medidas foi promover uma consulta ao mercado das farmácias, no entanto devido a contratempos a consulta teve de ser anulada pelo que se mantiveram as farmácias que anteriormente estavam a fornecer ao Lar. Foram negociados os preços, exigido um desconto superior ao praticado, e relativamente à Farmácia Martins atualmente cumpre e tem de cumprir escrupulosamente o acordado entre as partes. -----

5. Serviços Jurídicos – Reconhece que pontualmente o Lar tem necessidade de recorrer a estes serviços e embora sejam caros, enquadram-se nos preços correntes do mercado. -----

6. Admissão de utentes - Relativamente às admissões, disse que o processo das admissões é de acordo com os estatutos, está na dependência dos serviços administrativos, e da Direção na parte que lhes diz respeito, e a parte clínica instruída com elementos de diagnóstico previamente recolhidos, e depois sujeitos a observação dos médicos do Lar. Percebe a questão colocada pelo sr. José Aldeia, mas atualmente, é notório, que devido a diversas circunstâncias, cada vez mais as pessoas recorrem aos lares em condições precárias de saúde e é nosso dever prestar assistência a quem precisa. O Lar tem um acordo com a Segurança Social para receber até 4 altas médicas hospitalares, contudo, se forem doentes do foro psiquiátrico, não são aceites, e salientou que o Lar não é nem será uma unidade de cuidados continuados. -----

7. Igreja e Sala das Recordações – Reafirmou que o estado em que se encontra a Igreja do Salvador é um assunto que preocupa a Direção e neste sentido lembrou uma intervenção urgente já realizada para a consolidação dos painéis azulejares. Informou que formam encetados diversos contactos com algumas entidades, nomeadamente a Autarquia e a Arquidiocese de Braga, porém os valores em causa são muito avultados, e as candidaturas a fundos que foram surgindo, não correspondiam às necessidades deste tipo de intervenção nem a disponibilidade financeira da Instituição. Já foi realizado um estudo prévio, mas para passar à fase seguinte, a elaboração de um projeto, foi indicada uma verba a rondar os 100.000,00 euros, e como tal, não foi tido como prioritário. Este assunto continua em aberto e á procurar soluções para o efeito. Quanto à imagem e visibilidade do Lar é algo em que estamos a trabalhar, pretende-se fomentar sinergias de modo a que o Lar Conde de Agrolongo seja uma instituição de referência e prestígio. -----

---- O Presidente da Mesa agradeceu as explicações e concedeu a palavra ao sr. João Cerqueira - Vice-Presidente da Direção para iniciar a sua intervenção. -----

---- Este, saudou todos os presentes e apresentou à assembleia dois esclarecimentos: 1. Afirmou que as Direções anteriores fizeram o melhor que podiam e sabiam, num serviço gracioso de voluntariado, mas que em determinado momento houve uma alteração de pressupostos na obtenção de receitas, que se traduziu numa significativa diminuição dos valores referentes a donativos. Também lembrou que a certa altura foi necessário recorrer a um empréstimo bancário, obtido com muito esforço graças às diligências do diretor, sr. Joaquim Macedo. 2. Outro

assunto sobre o qual se pronunciou foi a alienação de um imóvel, devidamente autorizada em Assembleia Geral e que a Segurança Social validou todo o processo que decorreu de forma correta e em observância com os Estatutos. Disse nada mais ter a esclarecer e concluiu desejando a todos uma boa Páscoa.-----

---- O sr. José Aldeia pediu autorização para uma breve resposta e o dr. Tarroso Gomes anuiu ao pedido. -----

---- O sr. José Aldeia repetiu que foi devido a uma política errada, a qual foi denunciada por diversas vezes em assembleias gerais, que levaram aos constrangimentos financeiros a que a instituição foi sujeita. A admissão de utentes, a gestão de pessoal, a inércia para a obtenção de ajudas ao fornecimento de oxigénio e as aquisições de produtos a preços demasiadamente onerosos foram alguns dos pontos que resultaram nas dificuldades sentidas. Terminou dizendo que felizmente estão a ser tomadas medidas positivas e que também é necessário haver renovação nas Direções de modo a que surjam novas ideias e novas dinâmicas para a instituição. -----

---- O sr. Presidente da Direção pediu e foi-lhe concedida a palavra para um esclarecimento adicional. Mencionou a sua concordância com as últimas palavras do sr. José Aldeia, referentes à necessidade de renovação das Direções. As mesmas devem ter elementos com motivação social, que queiram assumir as suas responsabilidades sociais, que tenham capacidade e tempo para desempenharem tais funções. Depois esclareceu os associados que o Lar não tem necessidade de fornecer oxigénio e como tal o mesmo foi desativado e o contrato denunciado. Terminou desejando uma Santa Páscoa a todos.-----

---- O sr. Presidente da Mesa, após questionar se mais alguém desejava colocar alguma questão, que ninguém aproveitou, desejou um bom fim-de-semana, uma boa Páscoa e declarando encerrada a sessão da qual se lavrou esta ata que depois de lida vai ser assinada.-----

